



Aquilino Machado*
IGOT - NETURB aquilino7gmail.com

O Espaço público urbano e as redes sociais virtuais. Que complementaridades? O caso do bairro do Príncipe Real em Lisboa

Centralidades, Comércio e Políticas Públicas

Palavras-chave: Espaço público; meios criativos, democracia deliberativa; redes sociais virtuais

1. Resumo

O espaço público reflecte a convergência de diversas apropriações que levam à construção de uma identidade territorial colectiva proveniente dos diversos cruzamentos culturais nele verificados e da partilha de valores e ideias. As capacidades desenvolvidas no seu contexto providenciam, para alguns territórios específicos, a mobilização da sociedade civil e a conformação de um conjunto de estratégias inovadoras que possibilitam a recuperação do espaço público como factor simbólico do cenário citadino.

O conhecimento dos temas e situações que fomentam a participação social e dos novos modelos de governo urbano é essencial para conhecer o papel desempenhado pelos espaços públicos nas soluções inovadoras e na acção criativa. A mobilização da sociedade civil para a defesa dos espaços públicos é importante como afirmação de cidadania e da própria cidade.

Nesta comunicação abordaremos o bairro histórico do Príncipe Real em Lisboa, realçando a importância adquirida pelos respectivos espaços públicos. A pesquisa incide especialmente no modo como os cidadãos se mobilizam para secundar o exercício do governo local, consolidando assim uma identidade colectiva. Paradoxalmente, ou não, interessar-nos perspectivamos alguns conceitos da «democracia electrónica» que tendem a suportar uma estratégia de desenvolvimento de uma prática de cidadania participativa na defesa de uma identidade colectiva.

* Doutorando em Geografia Humana, IGOT-UL

2. O espaço público e a participação social, práticas de cidadania nos territórios urbanos contemporâneos

2.1. Conceitos, âmbitos e territorialidades: do «espaço público urbano» ao «espaço público virtual» novas apropriações, novas práticas de cidadania

A alargada utilização do conceito «espaço público» nas disciplinas de arquitectura e urbanismo revela a maior importância que este assume na requalificação e estruturação dos territórios urbanos. Concomitantemente com esta relevância assiste-se no discurso do cidadão comum a uma progressiva assimilação do mesmo, reflectindo a consciencialização dos actores urbanos no governo da cidade. Todavia, esta utilização tem conduzido a uma gradual banalização do conceito até patamares susceptíveis de determinar uma deturpação da sua figuração, âmbito e delimitação. Neste entendimento, importa circunscrever os respectivos contornos, e reflectir, igualmente, quanto à sua evolução, avaliando a plasticidade dos conceitos que acompanham o crescimento da cidade contemporânea.

Nesse sentido, o apelo que nos convoca João Ferrão na determinação de um projecto urbano assente numa visão cultural da cidade (2005) reveste-se de grande acuidade e interesse metodológico.

De facto, aquele método reflecte uma visão da evolução urbana que foge à exclusiva influência do racionalismo científico “nas disciplinas de tradição morfo-funcional e do pós-modernismo nas ciências” para assentar “numa visão cultural da cidade” (2005).

Conforme assevera João Ferrão esta visão proporciona uma compreensão da cidade contemporânea incorporando “explicitamente comportamentos e significados sociais” (2005), assente na compreensão de quatro conceitos que interagem entre si: abordagem cognitiva, urbanismo do quotidiano, cidade criativa e democracia deliberativa

Assim, tendo em conta os pressupostos atrás referidos devemos considerar os propósitos que norteiam o estudo dos espaços públicos urbanos, tomando em conta os diferentes graus de interpretação e as respectivas formulações constantes nas disciplinas de Urbanismo, Arquitectura, na Sociologia e na Geografia.

A integração do conceito «espaço público urbano» no vocabulário científico ganhou projecção cerca da década de setenta do século XX, revelando-se como um objectivo operacional dos territórios citadinos que é necessário obter para responder às necessidades dos utentes.

François Tomas (2001) refere que algumas daquelas premissas já tinham sido abordadas em 1950/60, mediante a concretização do conceito «centro cívico» ou «espaço colectivo», que correspondia à designação de “lugar público quando se concretizava uma comunidade urbana” (2001). De facto, esta ideia inscrevia-se nos pressupostos emergentes do Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (CIAM), por força de uma realidade urbana europeia que tentava sarar as feridas provenientes da 2ª Grande Guerra Mundial, reconstruindo os respectivos centros cívicos destruídos pelos intensos bombardeamentos.

No âmbito da disciplina geográfica o conceito que gravita em torno do estudo dos espaços públicos ganhou uma grande projecção através da geografia social ao abordar “explicitamente as temáticas da segregação, o acesso aos espaços públicos centrais ou ainda a qualidade dos espaços públicos nos novos bairros de habitação” (Gobin, 2001). Na perspectiva defendida por Cynthian Ghorra Gobin ressalta uma ideia central: a definição de espaço público que ultrapassa a materialidade física da cidade que “autoriza o encontro anónimo de indivíduos de classes sociais, de raças, de etnias e religiões diferentes, mas também a dimensão da imaterialidade através das representações que eles suscitam e o valor simbólico que eles veiculam” (2001). Raciocínio correlativo é sustentado pelo sociólogo Michel Bassand, no seu artigo «Les Espaces Publics en Mouvements» (2001) quando afirma que nas ciências sociais o conceito de espaço público conforma duas significações: uma primeira, imaterial motivada pelo

“confronto de ideias, de valores, de proposições das políticas” (2001); uma segunda, sobreleva a sua actuação na materialidade do espaço público ao definir-se como um “território que se situa numa colectividade urbana”, por exemplo, uma praça, uma rua, etc”.

Vinculando o nosso raciocínio para o sentido imaterial da acepção do espaço público encontramos uma esfera de relação no âmbito da teoria social onde aquele conceito adquire uma dimensão que se pode designar de «espaço público político», encontrando lugar no trabalho de teoria política de J. Habermas, R. Sennett e H. Arendt. Neste contexto, o trabalho de Georg Simmel, que Carlos Fortuna salienta como uma vertente pioneira ao traduzir uma nova janela na “interpretação da significação social do espaço” (1999), deve ser relevado e enquadrado na apreciação da «esfera pública», já que as “relações sociais têm uma dimensão espacial que interfere e condiciona o desenho das formas de ordenamento social e de expressividade pública da vida, tanto individual como colectiva dos sujeitos” (Fortuna, 1999).

A vertente mais actual de discussão enquadra-se na teoria crítica da escola de Frankfurt, particularmente no trabalho desenvolvido por Jürgen Habermas. Forjada no início dos anos sessenta, esta discussão assenta na transposição de alguns pressupostos filosóficos e políticos relativamente ao conceito de “esfera pública” de forma a “enquadrar, histórica e sociologicamente aquela singularidade do espaço público” (Matias Ferreira, 2004). Neste sentido, e segundo o pensamento habermasiano o espaço público “não pré-existe à sociedade” mas deverá “ser socialmente construído e politicamente conquistado” (Fortuna, 1999).

Segundo Albert Levy (1996), citado por Vítor Matias Ferreira, Habermas ao retratar “o nascimento do espaço público burguês, as suas condições de emergência e a sua evolução”, forjou um discurso de grande originalidade baseado na confrontação entre o que é na esfera pública singular e plural, assente na “politização da vida social, no desenvolvimento da imprensa de opinião, na luta contra a censura e pela liberdade de expressão” (Devillard e Jannièrre, 1997). Embora os seus pressupostos incidissem particularmente na génese da esfera pública burguesa do século XVIII e algumas daquelas formas estivessem a declinar no decurso da segunda metade do século XIX, “em virtude do crescimento contínuo da imprensa popular de grande tiragem e a publicação de trabalhos oferecendo conteúdos cada vez mais personalizados” (1997), a progressiva quebra do espaço público burguês verificou-se nos anos cinquenta do século XX.

De facto, segundo nos dá a conhecer Habermas, o impulso dado pelos “meios de comunicação electrónicos, a publicidade, a assimilação da função informativa cada vez mais dirigida para a diversão da função distractiva” modificou os conceitos inerentes à esfera pública burguesa reproduzindo um conjunto de alterações estruturais.

A transposição deste discurso abstracto para o campo do urbanismo deu-se por volta dos anos setenta do século XX, influenciado pelo enfoque crítico que realçava a vocação vivencial da cidade antiga em contraponto com a intencional desvalorização reconhecida pelo urbanismo moderno. Este regresso à cidade e ao contínuo construído suscitou um carácter de “espaço livre urbano (praça, rua, etc) como sinónimo da esfera pública política” (Devillard e Jannièrre, 1997). Adquire-se um conceito baseado num sistema de representação mais complexo aplicando um “quadro genérico da comunicação, enquanto espaço aberto à «mobilidade», à socialização e à «opinião pública», por mais ambíguos e contraditórios que sejam, hoje em dia, os respectivos significados” (Matias Ferreira, 2004).

Outra acepção da esfera pública imaterial difusamente celebrada é aquela que surge com os trabalhos recentemente desenvolvidos em torno do incremento das novas redes de comunicação, especialmente por via dos novos fóruns instituídos com a recente difusão da internet.

Nestes moldes, sobressaem os aspectos que gravitam em torno da blogosfera, que consagrando determinados princípios de um novo espaço público fruto das redes capilarmente interligadas, “podem estar em condições de se ligar mutuamente, para construir uma rede alternativa que represente o equivalente do espaço público para uma nova forma de urbanidade, a da «cidade da informação» (informational City)” (Mela, 1999).

Neste particular, tal como sustenta Catarina Rodrigues, num estudo direccionado para o papel inovador dos blogs e a forma como estes propendem para a fragmentação do espaço público (2006), a difusão das novas tecnologias, e em concreto a acentuada generalização da blogosfera, como “novas formas de intervir no espaço público, apesar de se dirigirem para uma audiência normalmente segmentada” (2006). O estudo desta investigadora adquire aspectos de grande originalidade quando formula a comparação com o espaço público burguês materializado por Habermas, designadamente por se instituir como um “espaço neutro, não coercivo para livre troca de ideias” (2006). Todavia, conforme afirmado por Catarina Rodrigues, a comunicação “desespacializada” perverte uma das premissas essenciais da esfera pública «habermasiana»: a noção de uma confrontação directa, materializada e em tempo real, solidamente sustentada pela comunicação e circulação no sentido de potenciar a “avaliação pública, política, ética e moral dos sujeitos” (Fortuna, 2001).

Este novo conceito de espaço público manifesta-se nos recentes trabalhos de Castells sobre a emergência de novas lógicas de sociabilidades inerentes às «comunidades virtuais», em oposição às sociabilidades baseadas nos lugares físicos. Conforme assevera aquele investigador a maior revolução sentida nas sociedades contemporâneas, no que concerne à construção de uma diversificada rede de sociabilidades, deu-se com a “substituição das comunidades espaciais pelas redes (Castells, 2004). Mas, conforme diz Castells, as sociedades não propendem para uma evolução uniforme de relações sociais. A este nível, valerá ter em conta que as comunidades de imigrantes, tanto nos Estados Unidos da América como na Europa, prevalecem uma “interacção social baseada no lugar”.

Em determinadas situações estes sistemas virtuais surgem como complementos das esferas espacializadas de sociabilidade, valorizando “as redes sociais e a normas de reciprocidade a elas associadas” (Putnam, 2002). Com alguma prodigalidade assiste-se ao desenvolvimento de projectos de internet que procuram responder a determinadas necessidades das comunidades urbanas.

Neste aspecto, e fazendo uso de uma ideia de João ferrão, notamos que os princípios «da democracia deliberativa, como fonte de decisão e de acção» são utilizados através de uma rede desterritorializada como “fonte de comunidade renovada” (Castells, 2004). Estas redes propendem a reforçar o sentido cívico dos cidadãos nas comunidades locais apresentando-se como uma manifestação activa do exercício da cidadania, a que Verba (1992), citado por Alfredo Mela, define como *citizenry* (vocábulo que sugere a ideia de uma cidadania «em acção»), para distinguir do termo mais habitual de citizenship, que designa a relação jurídica entre o cidadão e o Estado”.

Outra dimensão relevada por Castells projecta-se com a utilização do ciberespaço como uma dinâmica de movimentos sociais a uma escala transnacional. A acção destes movimentos traduz a afirmação de uma prática de política «informacional» que se mobilizam para ampliar o protesto que se revestia de um carácter ténue na esfera pública.

Na sequência disso, aquele investigador salienta a conversão do ciberespaço “numa ágora electrónica global onde a diversidade do descontentamento humano explode numa cacofonia de pronúncias” (2004)

Assim, a ideia de uma partilha generaliza-se em torno da partilha de valores essencialmente culturais que em algumas circunstâncias tentam contrariar a crise das organizações políticas “herdadas da era industrial” (Castells, 2004).

Associados a estes movimentos surgem também tendências mais radicalizadas de políticas, individuais ou colectivas, assumindo uma posição mais interventiva de protesto, em semelhança com algumas actividades políticas transgressoras que se afirmavam no espaço público urbano. Estas acções de protesto exploram as “vulnerabilidades tecnológicas da internet” e actuam na alteração do “normal funcionamento das páginas web das redes electrónicas das agências governamentais ou empresas consideradas como representantes da opressão e da exploração” (Castells, 2004).

Mas em contraposição a esta rede social colectiva projecta-se com enorme intensidade num novo “sistema de relações sociais centradas no indivíduo” (2004).

Estas “comunidades personalizadas, personificadas em redes centradas no eu” (2004), conforme assegura Wellman, citado por Castells, configuram uma alteração dos comportamentos da sociedade e com uma estrutura descentralizada de grupos de solidariedade” (Castells, 2004). Molda-se uma privatização da sociabilidade influenciada pelas profundas alterações socio-produtivas intensificadas por um modelo de urbanização que se estabelece num crescimento “suburbano e exurbano e a crescente desconexão entre função e significado nos microlugares das megacidades individualizam e fragmentam o contexto espacial da vida quotidiana” (2004).

Conforme refere aquele sociólogo, o papel da internet como modelo de organização social, Nesta determinação Castells salienta um interessante trabalho desenvolvido por Vivienne Waller (2000) incidindo na ação da internet como elemento estruturador das novas formas de vida familiar individualizada, utilizando como caso de estudo o uso da rede na cidade de Camberra. Concretiza esta autora que frequentemente a internet é utilizada para salientar a importância da família, designadamente no incremento dos contactos

O desenvolvimento deste debate afigura-se interessante de ser desenvolvido, e em muitos aspectos tendente de ser dilatado, por permitir uma avaliação diversificada quanto a morfologia física e respectiva construção social dos territórios urbanos.

Por oposição, a materialidade do espaço público desenvolve a ideia de territorialização assente numa colectividade urbana: uma praça, uma rua, um parque urbano, etc. Tal perspectiva vincula a morfologia urbana à esfera pública.

Mas conforme refere Amendola, citado por Matias Ferreira, a “forma da cidade já não segue, prioritariamente, a função (*form follows function*), tal como foi defendido pelo movimento moderno” (2004).

A óptica actual de espaço público urbano transcende a estrita análise morfológica e deve adquirir uma dimensão que deve conjugar os conceitos materiais e imateriais.

De facto, assumindo-se como uma perspectiva iminente contemporânea de interpretação do território esta noção confere um conceito de cidade que não se esgota na morfologia da cidade mas que se alarga pela cidade funcional.

Neste contexto, releva-se uma territorialidade mais ampla que decorre dos movimentos pendulares casa-trabalho, numa óptica que reflecte escalas de intervenção que ultrapassam a geografia da cidade formal. A transição da cidade morfológica para a influência da cidade funcional, é reproduzida por uma esfera de lazer em que sublinham o desenvolvimento de processos de fragmentação espacial. Nesta perspectiva, repercute-se a emergência de «novas centralidades», fruto do aparecimento de características policêntricas, e do “aparecimento de áreas funcionalmente mistas” (Barata Salgueiro, 2005).

Esta nova dimensão leva o arquitecto Koolhaas a teorizar sobre o limite de dependência das dinâmicas urbanas, levando aquele arquitecto holandês a sugerir, citando Alexandre Alves Costa, que a “cidade já não deve nem pode ter limites, não terá fronteiras e estender-se á a todo o território” (1999).

Esta noção global desenvolve os seus critérios numa dimensão que recorrentemente designamos com uma escala de mobilidades cruzadas, onde se estruturam diversos espaços públicos com um desenvolvimento distinto e de diferente complexidade.

Assim, para além desta fragmentação territorial assiste-se a uma apropriação do espaço descontínua e pontual associada quase sempre a territórios «ganhadores», favorecidos pela sua localização e acessibilidade, mas também pela “pela capacidade de atrair clientes pelo serviço, pelo preço, pelo facto de estar na moda, de ser novidade” (Alves Costa, 1999). Ao invés, a existência de territórios descaracterizados, propensos a um claro desinvestimento dos espaços públicos reproduz-nos uma fraca consciencialização dos sentimentos de urbanidade, do qual Alexandra Castro (2002), citada por Matias Ferreira, qualifica de “sociabilidades frias em

contextos de anonimato” e que se caracterizam pela “opacidade das relações” .

Para que a acepção de espaço público reflecta as verdadeiras modificações da cidade contemporânea devemos atentar sobre a contraposição público/privado e a progressiva porosidade das suas fronteiras.

Esta noção joga-se no espaço citadino mediante os edifícios e a rua, construindo uma “emoção arquitectónica “concebidos com critérios estéticos que jogam, por vezes, um papel relevante sob o espaço público” (Bassand, 2001). O jogo exercido entre os lugares públicos e os edifícios assume uma dimensão particular quando estes acolhem vocações públicas: cafés, restaurantes, comércio, galerias comerciais, em última instância centros comerciais. Algumas linguagens juridicamente inovadoras ganham peso no vocabulário urbano, quando o espaço privado se «apropria» paulatinamente de territórios públicos. O peso que estas novas apropriações conferem à paisagem urbana é susceptível de originar um entendimento perverso da própria vocação citadina. Ou seja, quando se determina uma alteração na titularidade dos usos dos espaços públicos dificultando o próprio acesso àqueles que alegadamente se consideram como alheios aqueles territórios.

Tal noção afigura-se muito actual porque a afirmação crescente do privado incorre necessariamente num prejuízo da esfera pública como papel “de elemento estruturador das rotinas urbanas, enquanto que o espaço público urbano representa, em muitos casos apenas um espaço residual entre edifícios e vias (Silva Graça, 2004).

Esta tendente porosidade entre o espaço público e o privado projecta-se com maior destaque em determinados territórios formulando uma tensão entre aqueles dois domínios, naquilo a que podemos designar de estruturação de «zonas híbridas». No panorama citadino reproduzem-se com maior frequência um conjunto de novas parcerias de gestão e titularidades do espaço urbano, designadamente com o surgimento de “concessões privadas de largos e praças a parques de diversões, esplanadas ou demonstrações comerciais; as parcerias entre entidades públicas e privadas para a construção de jardins ou arranjos urbanísticos, associados frequentemente à exploração privada de parques de estacionamento a eles agregados” (2004).

2.2. O espaço público urbano e a construção de uma identidade territorial: a cidadania urbana

Transparece, de certos conceitos associados à governabilidade urbana, a ideia de promover uma cidade criativa através de um «urbanismo quotidiano», fruto quer de uma “acção pública, ao nível do esboçar dos projectos de cidade”, quer duma actuação necessariamente concertada entre os actores, conducente a que os projectos de cidade sejam também projectos dos cidadãos (Guerra, 2003). Neste domínio toma particular relevo o papel que aqueles assumem, como «actores da acção política», (Guerra, 2000) ao contribuírem para o exercício da governação, mediante uma participação constante nas questões relacionadas com o território. A procura de consensos, no que concerne as necessidades dos cidadãos, assume peculiar relevância nalgumas áreas urbanas, conduzindo ao reforço de valores identitários, nomeadamente em cidades como Barcelona, Madrid e Paris.

No caso de Barcelona destaca-se o bairro da Gràcia, onde surgiu um caldo criativo, função da diversidade do tecido social, das franjas minoritárias e de uma cultura alternativa, decorrente de um conjunto significativo de associações culturais dedicadas à defesa da identidade do sítio. A importância deste conspecto apreende-se no processo de formação das várias «películas de uso do espaço» (uso agrícola, indústria, residencial ou de lazer) que, uma vez consolidadas, constituem a base a partir da qual se firmaram as características essenciais para emergência de um meio criativo.

Em Madrid este tipo de fenómeno gravita em torno do bairro da *Chueca* que constitui um espaço de convergência de minorias alternativas ou de movimentos contra-culturais e que se caracteriza igualmente por ser um território de venda dos produtos culturais nele produzidos,

onde se respira um clima democrático e inovador, singularmente diferenciado no contexto da capital espanhola. Mas a especificidade deste bairro constitui igualmente um grande potencial turístico e económico, com relevante e crescente valor no consumo cultural, à semelhança do que se passa nas principais cidades europeias e em particular nos respectivos centros urbanos. Haverá aqui alguma transversalidade com a ideia de um território criativo dentro do que Isabel André et al (2005), citando Ley (2003) consideram ser o oportunismo da “gente que hoje joga o papel decisivo na economia – os engenheiros, gestores e outros profissionais detentores de elevados níveis de capital cultural e económico” – quando procura “respirar o ar” dos artistas, perseguindo-os nas suas estratégias residenciais”.

Mas é no contexto territorial do Marais, em Paris, que melhor se reflecte a importância do espaço público urbano na formação de alguns dos factores que estimulam a emergência de um meio criativo. Como sintetiza Jordi Borja, citando Habermas, “a cidade reflecte-se sobretudo no espaço público, onde o simbolismo colectivo se materializa (2003). Esta ideia remete-nos para a metáfora clássica da “porta”, - entendida como a “imagem alegórica mais sensível de relacionamento social” – que deverá estar sempre aberta para que a “comunicação e a sua circulação, potencie (m) a avaliação pública, política, ética e moral dos sujeitos” (Fortuna: 1999).

Semelhante imagem toma relevância no quadro material do Bairro do Marais, onde se molda “um conjunto de estratégias inovadoras, desenvolvidas pela municipalidade parisiense e por outros agentes da sociedade civil”, estratégias essas produzidas em espaços juridicamente privados, mas que funcionam simbolicamente como uma projecção do espaço público, equiparável a um “palco sobre o qual todo o teatro da vida comum se desenvolve (sse)” (Stephen, 1992). Neste contexto, haverá que relevar o projecto «Maison des Associations», agregado de entidades associativas sem fins lucrativos, que visam criar uma dinâmica económica e social no Marais, assente na mobilização das potencialidades locais susceptíveis de produzir e desenvolver uma identidade de bairro.

Nestes três exemplos o que transparece de certos conceitos, associados à governabilidade urbana, é a ideia de construir uma cidade criativa, consolidada através de um «urbanismo quotidiano». (Guerra, 2003). Neste domínio assume particular relevo o papel que os cidadãos desempenham, na sua qualidade de «actores da acção política» (Guerra, 2000) ao socorrem-se dos instrumentos da democracia deliberativa e da democracia participativa.” (Ferrão, 2005).

Esta dinâmica emerge sobretudo nas sociedades urbanas, onde nos respectivos governos se afirma uma consciência redistributiva (com particular realce para certos cenários da Europa Setentrional) e onde, entre os actores públicos, se desenvolve paralelamente, um processo de descentralização e contratualização, como via prevaletial para resolver os problemas da gestão territorial. As soluções, assim arquitectadas, produzem interacções bastante positivas entre as diversas instituições do Estado e os novos actores sociais, além de conduzirem a práticas de governação mais plural.

Nestas circunstâncias, nos territórios urbanos onde se verifica a convergência dos diversos tipos de apropriação, inerentes a uma determinada identidade colectiva, com os vários cruzamentos culturais que na mesma se processam, produz-se uma mobilização da sociedade civil e um aparecimento de estratégias inovadoras, conducentes a uma recuperação do espaço público como factor determinante do cenário citadino.

Mas as práticas de governação urbana não se resumem à experiência de novas formas de administração urbana, particularmente no que Isabel Guerra designa como um «jogo estratégico de actores». Na nossa contemporaneidade, o espaço público adquire, cada vez mais, uma expressão activa das novas práticas de cidadania, quer pela emergência de movimentos de protesto, quer pelo tom de viva festividade que algumas iniciativas assumiram em diversos cenários urbanos.

Semelhante facto é realçado igualmente num estimulante artigo de Benjamin Tejerina (2005), acerca da importância que os novos movimentos sociais e os processos de construção de cidadania adquirem, por via da reapropriação e re-significação do espaço público (tanto física como simbólica). Nesse sentido vai também a ideia expressa por Daniel Cefaï acerca dos novos

movimentos de protesto na «arena pública» que respondem a um conceito de crescente mundialização dos mecanismos económicos e sociais.

A radicalização de algumas iniciativas promovidas pelos «novos actores sociais», ONG's e movimentos que se tornaram em "parceiros e os adversários incontornáveis dos poderes públicos" (2005) colide, repetidas vezes, com as práticas políticas de mobilização, que se apresentam como normativas. Convirá, por conseguinte, compreender se a invenção de outros repertórios de acção política choca e enfraquece as práticas político-partidárias institucionais desenvolvidas no espaço público, ou se elas representam novas acções complementares enriquecedoras, mau grado a transgressividade de que se revestem, de um espaço público plural.

Mas a projecção de uma festividade já adquiriu dimensão global em certas mobilizações levadas a efeito nos espaços públicos urbanos. Daniel Cefaï sublinha que o "gay pride se tornou num acontecimento tão incontornável como as manifestações do primeiro de Maio" (2005), levando a assumi-los como espaços de contestação (conflito/tensão).

Deste entendimento procede a ideia de reformular o governo urbano procurando na pluralidade dos diversos actores económicos e sociais a validação e implementação de novas políticas de desenvolvimento que pressuponham "trajectórias territoriais de inovação" (Ferrão, 2002).

Os mecanismos actuais levam a que haja diversas estratégias que pretendem reforçar a qualificação social em torno da "socialização da urbanidade e da cidadania urbana". Neste contexto Cynthia-Ghorra-Gobin considera os espaços públicos como lugares privilegiados de *mise-en-scène* da sociedade civil, onde indivíduos anónimos estão em situação de co-presença e sob o efeito dos códigos necessários a um reforço do sentimento de pertença (2000).

Mas a extensão destes princípios de defesa do espaço público encontra sobretudo acolhimento nas redes sociais virtuais. Se numa primeira apreciação se recear que daqui possa resultar, pela prevalência dos interesses locais invocados, um enfraquecimento da dimensão do espaço público urbano e da sua concomitante função de sociabilidade, comprova-se, mediante análise mais abrangente, que, para lá do capital social já existente, o alcance dos projectos realizados numa perspectiva de maior intertextualidade transcendem os circunstancialismos locais e abrem «pontes» para o exterior da comunidade (*bridging capital*).

Neste conjunto de práticas de governança sobressai a preocupação de defender determinados espaços geográficos, mediante um reforço das relações de reciprocidade e de cooperação entre os cidadãos da comunidade local. O que pressupõe o reforço quotidiano da sua consciência cívica e das várias modalidades de participação. São, portanto, neste aspecto projectos inovadores, que através da reciprocidade e cooperação das redes conseguem reforçar a identificação dos cidadãos com o respectivo território físico, quer se trate de residentes quer de simples utentes. Mas o que sobressai particularmente deste tipo de plataformas cívicas é a sua capacidade para gerar diversas redes sociais de cooperação e de confiança, promotoras de stocks de capital social que enriquecem a tolerância a diversidade, e a participação cívica. Estas acções tomam sobretudo relevância no trabalho dirigido às comunidades mais desfavorecidas, cujo meio criativo, graças ao capital que as redes lhes induzem, experimenta um acentuado acréscimo de coesão e de sustentabilidade social.

3. O Príncipe Real, um lastro territorial singular na cidade de Lisboa

O bairro do Príncipe Real pertencente à freguesia da Mercês (*1) é um sítio especial na cidade de Lisboa, representando uma espécie de coração da capital com as suas velhas artérias de comunicação. Território urbano com uma história muito particular, apresenta um lastro de riqueza urbana que se começou a consolidar nos avatares da própria história da cidade de Lisboa. Segundo José Augusto França, este local já aparecia nos relatos de Fernão Lopes, como pertencente ao topónimo da cidade de Lisboa, quando D. João II de Castela “em Maio de 1384, cercou a cidade de D. João I de Portugal” (2001).

Sítio urbano de grande relevo construtivo configura um repositório arquitectónico que atribui a este território uma robustez histórica que emerge dos séculos.

A sua imagem actual confirma aquela herança, bem como a respectiva a situação privilegiada decorrente de um conjunto de espaços públicos que contribuem para a sua homogeneidade urbanística. O bairro pulsa em redor do jardim do Príncipe Real, verdadeiro centro cívico, e afirma-se através da coluna dorsal da Rua da Escola Politécnica, onde se misturam restaurantes, lojas de roupa e de design, e galerias de arte, que lhe atribuem um elevado standing, propício a uma intensa e viva apropriação. Face a este dois grandes elementos estruturantes existe ainda um conjunto tipológico de espaços públicos bastante importantes, pelo papel que desempenham nos respectivos contextos.

1. Praça do Príncipe Real;
2. Praça das Flores;
3. Jardim Botânico.

Podemos, se bem que correndo o risco de se optar por um critério restritivo de avaliação, concretizar alguns elementos relevantes para a identificação destes três espaços públicos urbanos, no âmbito do Príncipe Real.

3.1. Praça do Príncipe Real

Centro nuclear do bairro, pela sua dimensão e posicionamento, resultou de diversos projectos, cada um deles com o seu quê de fantasmagórico, que viriam a convergir sucessivamente na praça ajardinada que actualmente conhecemos: - “o palácio Tarouca, foi o primeiro deles, depois, após a sonhada Patriarcal de D. João V, foi a que D. José ergueu e ardeu, depois um monumental edifício para o Erário, depois magnos palácios de cultura que Castilho ali imaginou” (França, 2001).

Deste conjunto de planos resultou um propósito arquitectónico, assumidamente utópico, que, por um complexo de razões, conduziu à sedimentação das ideias e dos projectos que viriam a tomar forma nas edificações hoje existentes. Pela dimensão e significado destaca-se entre os projectos antecedentes o da Igreja da Patriarcal, construída com as pedras do Palácio de Tarouca e inaugurada a 8 de Junho de 1757, a qual desapareceria passados 12 anos da sua inauguração. “Toda esta mole de pedra e madeira, talhas e tapeçarias, ardeu sem apelo nem salvação: «fogo posto e, ainda depois, repetido, como logo se suspeitou, da autoria de um armador que assim pretendia esconder o grande roubo praticado em franjas e guarnições de ouro e prata, que tinham sido substituídas à socapa” (2001).

(*1) – A designação de «Monte Olivete» traduzida pelo historiador José Augusto França leva a crer que a área de influência do território designado por Príncipe Real transcende a divisão administrativa da Freguesia das Mercês e se espraia por “uma área triangular tendo como pólos o Rato, Alegria e São Bento” sendo os seus “lados definidos pelos velhos caminhos da Rua de Salitre e da Rua de S. Bento e a base pela sequência de ruas setecentistas que sobem da Alegria ao Príncipe Real para descerem depois à Praça das Flores” (2001).

Área de Estudo



- Delimitação da área de estudo
- - - - - Espaços públicos de permanência:
- 1 Praça do Príncipe Real
- 2 Praça das Flores
- 3 Jardim Botânico

fig. 1. Delimitação da área de estudo/Bairro do Príncipe Real

Só passado um século, e após este lugar ter permanecido num estado de ruí­nosa expectativa (apresentava como topónimo um elucidativo «largo das pedras»), é que seria traçado um conceito acentuadamente urbano para o local: O sítio guardou longo tempo memória do incêndio através da designação de “Patriarcal Queimada”.

O projecto de arquitectura paisagística da praça manteve-se praticamente inalterável até aos nossos dias, marcado por um simbólico cipreste de enormes dimensões que se encontra acondicionado por uma grande armação e que acolhe na sua sombra um conjunto de bancos que facultam um benigno acolhimento a todos aqueles que os escolhem nas tardes quentes de Verão. Mas o jardim que reproduz simbolicamente o verdadeiro centro cívico deste bairro, e ser, pela respectiva dimensão física e simbólica, um cenário de apropriações onde se reflectem um conjunto de práticas alternativas com certo relevo na quotidianidade do bairro (feira semanal de agricultora biológica, vendas regulares de livros de pequenas editoras, venda de roupa de criadores experimentais, etc.) apresenta, entre outros equipamentos estruturantes um lago projectado em 1858 no centro da praça, quando se levantou planta da zona, incluindo o “Alto do Longo Pátio do Tijolo”, que esconde por baixo um espantoso reservatório, onde existe uma Mãe d’ Água para distribuição do troço final do Aqueduto.

Mas os equipamentos contemporâneos são caracterizados por um conjunto diversificado de elementos de mobiliário urbano que formam um discurso urbano que favorecem a apropriação dos espaços públicos pelos respectivos utentes. No contexto estudado, foram colocados diversos elementos que proporcionam formas distintas de apropriações, quer se trate dos diversos módulos de restauração/café existentes, ou ainda no pequeno parque infantil que amplia a apropriação por um espectro etário mais amplo.

Esta simbólica repercute-se na Praça do Príncipe Real com uma dinâmica de apropriação muito forte, pelos habitantes do bairro ou lisboetas que procuram este lugar, e ainda pelos inúmeros turistas que usufruem este lugar. Intensidade que se evidencia de forma mais reforçada nos fins-de-semana, com ritmos de apropriação muito expressivos ao longo das manhãs (feira de produtos biológicos), tardes (famílias completas) e noites, com práticas de lazer mais alternativas. Uma ideia que nos lembra que este teatro físico é devidamente valorizado possibilitando a sua apropriação e adopção afectiva pelos cidadãos.

Mas os mecanismos de apropriação pressupõem também uma dinâmica de mobilização a favor de algumas causas de cidadania, das quais se salientam as que tendem a contrariar o afastamento de certas minorias sexuais, como será o caso da Marcha de Orgulho Gay que usualmente se inicia na Praça do Príncipe Real. Atitude simbólica que demonstra a vocação pluralista deste espaço público para, no caso vertente, contribuir para a aceitação pública de uma identidade. Isto remete-nos para uma ideia de João Teixeira quando apresenta como indicador de um «cosmopolitismo emancipatório» a assunção plena de diversos grupos minoritários no espaço público reivindicando a visibilidade de uma identidade patrimonial própria que não se esconde na esfera privada e nesta perspectiva afirmando o desenvolvimento de “vidas plurais, assentes num amplo movimento de cruzamentos culturais” funcionam como “resistência à hegemonia dos universos fechados e pré-fabricados onde dominam as relações impessoais e os comportamentos racionais-burocráticos” (1999).

A Moldura da praça, é constituída por um conjunto de edifícios cuja dimensão e dignidade lhe conferem um enquadramento cidadão único. De facto, “estas casas fecham por dois lados o jardim, abrindo-o por outros dois, para a descida da Rua do Século, que separa o Bairro Alto dos Cardais e para a descida da Praça das Flores, e sobretudo o corrupio do trânsito no festo da colina, que vem de S. Pedro de Alcântara pela Rua Direita desse nome, depois pela D. Pedro V, alargada desde 1870, e segue para o Rato, pela Escola Politécnica, em fachadas assim separadas da face nascente do jardim” (França, 2001).

O valor fundiário destes prédios é hoje bastante elevado, dado o processo especulativo de que foram objecto. Alguns dos palacetes que ladeiam a praça foram adquiridos por investidores estrangeiros para fins turísticos. A alteração do seu uso consubstancia uma forma de apropriação dos espaços intermédios que, segundo Hannah Arendt, consubstanciam o espaço social e cuja função é determinante para o estabelecimento de uma política urbana.

3.2. Praça das Flores

Em conformidade com a divisão tipológica adoptada para os espaços públicos do bairro do Príncipe Real, a Praça das Flores reveste-se de uma importância secundária, mas de grande relevo para a população mais idosa e de cariz popular que, em boa parte, ali habita. Conforme nos assevera José Augusto França “foi dita Praça Nova de 1784 a 99 – mas só foi regularizada em 1863, ajardinada e terraplanada, com gradeamento discutido no Município” (2001).

Esta praça adquiriu um dinamismo peculiar, em consequência dos numerosos restaurantes existentes os quais proporcionam a este pequeno espaço público de proximidade um acentuado protagonismo urbano.

3.3 Jardim Botânico

O Jardim Botânico constitui um espaço parcialmente público por estar tutelado pela Universidade de Lisboa. Representa um caso único na cidade de Lisboa, por incorporar um conjunto faunístico de grande qualidade científica e de funcionar como um pequeno pulmão verde (4 ha) no coração do aglomerado citadino. A sua configuração permitiu que na retaguarda do edifício da Escola Politécnica se escondesse, um colossal casarão onde no ano de 1911 esteve abrigada a Faculdade de Ciências. O conjunto assim formado estende-se até à encosta da Alegria. A sua plantação começou em 1873 por iniciativa dos professores Conde de Ficalho e Andrade Corvo, com o propósito de servir o ensino e a pesquisa botânica da Politécnica, que aliás nasceria simultaneamente, por efeito da lei da Fundação de 1837 (França, 2001).

A riqueza faunística existente foi sempre assegurada e progressivamente mantida. Em 1962 foi definida uma zona de protecção, que na altura abrangia ainda nos seus limites o Parque Mayer. Mas para além da sua qualidade estética, admiravelmente retratada por Thomas Mann, nas Confissões de Félix Krull, quando diz que “o Jardim Botânico de Lisboa não tem igual na Europa inteira. É mais do que pequena história cultural” – a Politécnica, como actualmente é conhecido, perfaz um conjunto de Museus Universitários integrados num todo harmonioso e impar dentro da cidade de Lisboa. Recentemente através de um diploma aprovado em Conselho de Ministros, no dia 4 de Novembro de 2010, o Jardim Botânico no seguimento de um primeiro despacho de 7 de Agosto de 1970 adquiriu o estatuto de património cultural, passando, em função disso, a ser objecto de valorização e protecção especial.

No entanto, apesar de estar inserido nesta zona nobre da cidade a noção que se retém é a de que continua a ser pouco apropriado pelos lisboetas, embora continue a beneficiar de um forte simbolismo no que concerne a sua preservação. Este aspecto adquiriu mesmo grande relevo durante o período de discussão pública do Plano de Pormenor do Parque Mayer, Jardim Botânico, Edifícios da Politécnica e Zona Envolvente (PPPM). Face a uma «revolução urbanística» que eventualmente o afectasse, travou-se acesa discussão no sentido de salvaguardar os valores patrimoniais ali existentes dando azo a uma exposição cujos subscritores repeliam o plano por o “considerarem desajustado, desintegrado e altamente lesivo para a salvaguarda daquele quarteirão histórico” (matéria que se detalhará no ponto III).

4. O espaço público e a participação social, práticas de cidadania no bairro do Príncipe Real

Apresentada a estrutura física do bairro histórico do Príncipe Real, interessa relevar um conjunto de estratégias desenvolvidas pelos respectivos moradores no sentido de defender os três espaços anteriormente descritos, bem como salientar a relação estabelecida com alguns territórios privados com importância fulcral para o estabelecimento de um equilíbrio que integra diversas instalações universitárias (nomeadamente os museus da Universidade de Lisboa) num espaço comum – o da Politécnica, e o próprio Jardim do Príncipe Real, verdadeiro «centro cívico» do território.

É consensual que este território se tornou numas das áreas da cidade de Lisboa mais apetecíveis para o mercado imobiliário. O concurso de ideias aberto pela Câmara Municipal de Lisboa para a zona do Parque Mayer/Jardim Botânico, que incluía igualmente a Politécnica e áreas envolventes, foi antecedido por alguma especulação imobiliária, sobretudo na abordagem do investimento estrangeiro e que visou, em particular os palacetes existentes no Príncipe Real.

Estas questões assumiram particular relevo nalgumas intervenções recentemente desenvolvidas, no espaço público, pela Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente no caso do Jardim do Príncipe Real, suscitando na sociedade civil alguma contestação, face às opções estratégica a que obedeceram e ao modo como estão a ser implementadas.

A mobilização da sociedade civil perante várias questões que a afectam tem assumido alguma intensidade, embora emergja sobretudo dos grupos com maiores dotações de capital (fruto de um processo de gentrificação que se tem vindo a consolidar neste território). O veículo privilegiado para aquela mobilização parece ser o das redes sociais virtuais, fruto da proliferação

de projectos internet/blogs, os quais tendem a consolidar uma identidade colectiva no seio de uma comunidade urbana.

Exemplificam estes casos dois blogs cujo dinamismo cívico, assenta na dotação de várias redes sociais virtuais, com capacidade para vitalizar e mobilizar a comunidade e desenvolver de forma objectiva as acções que intentam concretizar para o bairro do Príncipe Real. Interessaria saber em que medida as redes virtuais (Internet) potenciam a consciência territorial? Nomeadamente em que medida, perante face ao conjunto de alterações urbanas que decorrem neste território (as alterações ao PDM e o surto de especulação imobiliária) os moradores revelam qualquer propósito de contribuir para a resolução dos problemas de gestão urbana do sítio, ou apresentam qualquer intenção de colaborar na construção do espaço público, como forma de valorizarem e reforçarem o seu capital social comum?

Dois blogs são exemplo desta extensão do espaço público, e que assumirem algumas práticas associativas tendentes a atingir um duplo objectivo. Primeiro o de (...) cruzar o que são as lógicas da democracia representativa, com as lógicas e a natureza da democracia participativa, e depois o de centrar o debate nas decisões” (Ferrão, 2004). Estão designadamente nestes casos os «amigos do Príncipe Real»; e a «Cidadania Lx». De comum a estes três exemplos é o sentido de grande pragmatismo das respectivas iniciativas, alimentadas por um conjunto variado de intervenções tendentes a salvaguardar o espaço público do Príncipe Real.

Os «**amigos do Príncipe Real**» (<http://amigosprincipereal.blogspot.com/>) – foi criado com o propósito de defender algumas alterações à requalificação do jardim do Príncipe Real, iniciada em 9 de Novembro de 2009, cedo se tornando num veículo operativo de participação de cidadania para a construção de uma identidade própria do bairro. A criação deste *blog* deu enorme visibilidade a uma processo que os habitantes temiam se revestisse de consequências irreversíveis. Diziam então os subscritores:

«A “requalificação” do Jardim do Príncipe Real iniciada a 9 de Novembro de 2009, conheceu no dia 23 e nos três dias seguintes, o dramático episódio do abate das árvores. Esse abate brutal despoletou a consciência cívica de inúmeros residentes e outros munícipes levando-os a congregarem esforços para se fazerem ouvir pela Autarquia e manifestarem o seu desagrado e desaprovação pelo modo como todo o processo da intervenção no Jardim e Praça do Príncipe Real estava a ser conduzido»



fig. 2. Imagem de monitorização das obras do Jardim e Visita guiada ao Príncipe Real (25 de Setembro 2010)

Fonte: <http://amigosprincipereal.blogspot.com/>

Prevaleciam no Jardim do Príncipe Real as características do Jardim Romântico Inglês, com os seus canteiros delimitados por uma bordadura até ao passeio de calçada portuguesa, constituindo uma inquestionável mais-valia e permitindo grande diversidade de usos, nomeadamente a realização de alguns eventos, como a feira semanal de produtos biológicos., Corria-se o risco de um iminente abate de várias árvores, com efeitos irreversíveis neste jardim de proximidade. Havia, igualmente a intenção de colocar uma bordadura de gravilha (o que veio

a concretizar-se), solução muito contestada pelos moradores, que recebavam uma elevada densidade de tráfego pedonal.

Razões suficientemente mobilizadoras para avançar com a criação de um blog, e que despoletaram o aparecimento deste colectivo cívico. O enfoque da intervenção começou por incidir sobre o Jardim, mas progressivamente assumiu a análise da actuação geográfica numa área mais ampla. O sucesso desta iniciativa conduziu numa primeira fase ao abrandamento do abate das árvores, e à maior co-responsabilização dos serviços camarários nos trabalhos de requalificação.

A cronologia de intervenção dos Serviços Camarários na Requalificação e da respectiva monitorização por parte dos dinamizadores do blog encontra-se amplamente registada desde Fevereiro de 2009, de forma detalhada, com um inventário fotográfico bastante pormenorizado. Mas a actividade do blog não se esgotou na monitorização. De facto, surgiram outras iniciativas que procuram apostar numa valorização do conhecimento histórico-patrimonial do lugar. Da imaterialidade do espaço virtual à materialidade do espaço público, o reforço da «identidade territorial» processa-se de algumas das iniciativas protagonizadas pelos criadores deste blog, o que nos remete para a perspectiva de Christian Ruby quando fala em «lugares de encontros quentes» (2003), e especifica que: *le véritable lieu de rencontre doit moins contribuer à définir une enclave qu'un acte (pour une rencontre, mieux vaut sans doute Eros qu'un lieu, affirme en substance Jean-Paul Dollé). Le lieu de rencontre, urbain et civique, ne peut être un espace définitif, au risque d'être inerte.*

Mas a importância destas iniciativas reflecte-se também na consecução de alguns mecanismos com maior visibilidade política, designadamente as petições e os requerimentos camarários ou ainda algumas moções apresentadas na Assembleia Municipal. Destaca-se entre várias a petição para que rectificad o pavimento do Jardim do Príncipe Real, e mais recentemente uma petição para salvaguarda do Jardim Botânico.

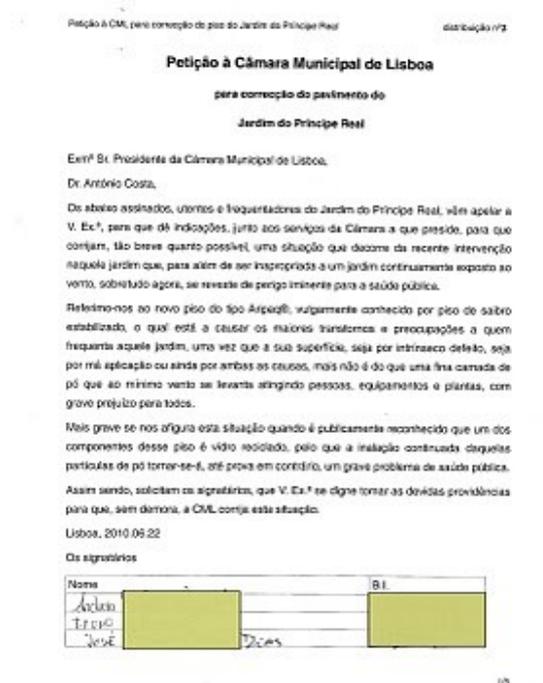


fig. 3. Petição à Câmara Municipal de Lisboa para a remoção do pavimento do Príncipe Real

Fonte: <http://amigosprincipereal.blogspot.com/>

Alguns estudos de opinião promovidos neste blog, a partir da votação de um inquérito online, têm servido para avaliar o grau de satisfação dos frequentadores do espaço público. A

votação do inquérito online quanto ao grau de satisfação da requalificação do Jardim do Príncipe Real incidu sobre o estado global do jardim e especificamente sobre três importantes aspectos do mesmo, designadamente: a Vegetação; o mobiliário urbano e o Pavimento. Os resultados do estudo serviram, embora com alguma reserva quanto à base metodológica em que assentou, para consubstanciar o valor da petição, já que a reprovação relativamente ao pavimento foi quase absoluta, bem como uma genérica opinião negativa sobre o “estado da vegetação, e sobre o aspecto geral do Jardim após a intervenção”.

O **Blog cidadania Lx** (<http://cidadaniaLx.blogspot.com>) a incidência deste blog, não visa estritamente o âmbito geográfico do bairro do Príncipe Real, e esse facto reflecte-se no número de bloggers que o alimentam (mais de setenta registados com uma rede de capilaridade muito densa para outros blogs de cariz cívico). Criado em 2003, este espaço afirma-se: «como um espaço livre e aberto a todos que nele se queiram exprimir, individual ou colectivamente. É um espaço de apoio e de defesa de causas. De organização de debates, e de acções de protesto. De denúncia de casos, e, acima de tudo, de propostas de soluções».

A sua actuação no bairro do Príncipe Real reproduziu resultados inéditos, com claros benefícios para as reivindicações dos utentes do espaço, demonstrando que a participação dos cidadãos na procura de consensos que respondam às necessidades da comunidade. Fazendo uso de uma ideia de João Ferrão, notamos que os princípios da democracia deliberativa como fonte de decisão e de “acção” foram significativamente testados neste território.

O acervo de medidas propostas, com a finalidade de amplificar o sentimento de identidade dos cidadãos ao território, permitiu concretizar acções muito inovadoras, na cidade de Lisboa, impedindo que algumas situações se desenvolvessem com resultados potencialmente lesivos do equilíbrio entre espaço público e o espaço privado. Destacaremos três destas acções que despoletaram mecanismos tendentes a afirmar o direito dos utentes à governação do próprio território.

A primeira daquelas iniciativas relaciona-se com a proposta de um projecto de alteração de ampliação e construção para um edifício neo-mourisco do século XIX (Palácio Ribeiro da Cunha), incluído na área de protecção do Jardim Botânico. Este processo foi despoletado no ano de 2006 e reportou-se à apresentação de um Plano de Pormenor, mais não era, que uma ampla proposta de alteração do referido edifício. Argumentavam os subscritores que mesmo que tal proposta fosse entendida como uma alteração de um Plano de Pormenor, ela não respeitava o PDM no seu artigo 33º, já que constituía uma “excepção à interdição da ocupação dos logradouros com construções ou pavimentos permeáveis, inclusive estacionamento subterrâneo em 20%: o projecto” previa “uma ocupação de quase 100% do logradouro” (blog cidadania LX).

No caso vertente ocorriam ainda diversas modificações que eram lesivas do perímetro de protecção do Jardim Botânico, em consequência da destruição dos logradouros dos palacetes o que, na prática reduziria o actual jardim de 3.330 m² para 2.190m², e aumentaria para quase o dobro a área construída de 1.290m² para 2.430m².

Esta proposta reflectia o propósito de uma alteração de uso de um hotel de charme. Mas todavia existiam algumas nuances nos respectivos pressupostos, já que o projecto inicial se destinava a um hotel de grandes dimensões. As dúvidas que o caso conduziram a que fosse apresentada uma exposição ao Município, para que fosse revisto e retirado a proposta de Alteração do Plano de Pormenor, e assumidas algumas alterações susceptíveis de o adequar à elaboração de um Plano de Pormenor abrangendo toda a Praça do Príncipe Real.

Graças ao esforço cívico da plataforma Cidadania LX a alteração inicial do Plano de Pormenor foi rejeitada em sede de Assembleia Municipal e devolvida à procedência. Daqui resultaram em alterações substanciais no Projecto, designadamente a manutenção do logradouro, conhecido por «Cumeada da Cotovia», que constitui a um elemento estruturante do corredor verde junto ao Jardim Botânico.

De facto, este esforço colectivo para preservar um espaço privado, mas que muito contribui para a sustentabilidade daquele conjunto verde da cidade de Lisboa, poderá ser visto

como uma louvável acção para dilatar o bem público, e um conjunto de novas linguagens juridicamente inovadoras, que progressivamente ganham peso no vocabulário urbano. Esta defesa adquiriu ainda maior projecção perante a tendência para alterar os edifícios nobres do bairro para utilizações turísticas. O recente investimento de uma empresa norte-americana neste território urbano é preocupante, dadas as suas consequências imprevisíveis para a estruturação e consolidação dos espaços públicos contíguos. De facto, conforme assevera a jornalista Cristina Prehaz, no jornal “Público” de 23 de Abril de 2008 “o investimento da empresa norte-americana Eastbanc no Príncipe Real, em Lisboa, soma e segue: entre negócios fechados e contratos-promessa já arrecadou cerca de 20 edifícios e está a negociar a compra de outros cinco, um investimento que apenas nesta fase já ascende a 50 milhões de euros”.

Esta questão leva-nos a referir a segunda iniciativa associada a esta plataforma cívica, e que se reportou na defesa do Jardim Botânico, face à recente proposta de alteração do Plano de Pormenor do Parque Mayer, Jardim Botânico, Edifícios da Politécnica e Zona Envolvente (PPPM). A convergência de interesses levou a que um amplo conjunto de blogs se empenhassem na reformulação daquele Plano de Pormenor por ele ser “desajustado, desintegrado e altamente lesivo para a salvaguarda do quarteirão do Príncipe Real”. Na mesma proposta de reformulação do PPPM reflectia-se um tendente receio de incentivar uma crescente impermeabilização dos logradouros contíguos ao Jardim Botânico. Para o efeito, a plataforma cívica avançou com um conjunto de propostas que, no seu entender, garantem a integridade da «Zona de Protecção do Jardim Botânico», classificado como Monumento Nacional, as quais deverão constituir, para ele, um verdadeiro tampão. Destaca-se na proposta o receio de aumentar o volume de construção de um novo edifício à entrada do Jardim Botânico, no alinhamento da rua Castilho; a apreensão ante o propósito de que seja instalado um parque de estacionamento subterrâneo no subsolo do Jardim e traduzido pelo abate de árvores de valor inestimável para o equilíbrio do conjunto; o temor de que seja destruída a cerca pombalina confinante com o Jardim Botânico, e de que, por via do plano elaborado se produza uma maior impermeabilização dos logradouros confinantes com jardim, pondo em causa a actual cintura ecológica.

Em suma, estas duas acções cívicas representam um veemente exercício de defesa de uma identidade territorial

A terceira iniciativa, protagonizada pela Cidadania LX, diz respeito à defesa do Jardim da Praça das Flores e a um evento que limitou significativamente o espaço de apropriação dos utentes, por via da cedência de um terreno público para uma actividade comercial. Tal situação ocorreu por um conjunto de circunstâncias relacionadas com a degradação do espaço público de proximidade carecido de profundas obras de requalificação. Pelas óbvias condições orçamentais em que se encontra o município lisboeta foi feita a cedência temporária do jardim a uma empresa de eventos para o lançamento de um modelo de automóvel da marca Skoda. Tal situação correspondeu à transferência de uma utilização pública para uma utilização privada, a troco de uma subsequente beneficiação do espaço (aproximadamente 30 mil euros) e uma taxa de ruído e de utilização durante 15 dias, entre as 17h00 até à 24h00. Desta forma, durante 15 dias, a usufruição de um dos espaços públicos mais estruturantes e fundamentais do bairro do Príncipe Real foi retirada aos habituais utentes, para a realização de jantares e festas particulares diárias. Sendo uma questão bastante sensível levantou grande celeuma junto dos moradores os quais promoveram um abaixo-assinado, com o propósito de impedir que novas situações análogas se repetissem.

A questão de princípio que se levantava era a de ponderar se a autarquia teria legitimidade, não obstante o seu depauperamento financeiro, para ceder a utilização de um espaço público à revelia dos seus utentes, mesmo que daí resultassem futuros benefícios para eles. De facto, tem-se vindo a assistir a um crescente enfraquecimento do debate na esfera pública e este caso foi revelador de uma reacção participativa contra semelhante tendência. Num artigo muito interessante de Emmanuelle le Texier, “Minorités et espace public dans la ville” (2005), salienta-se a crescente privatização dos parques urbanos, concomitante com uma dinâmica tendente a expulsar as populações «indesejáveis», que tem vindo a verificar-se nos Estados Unidos da América, em geral, e em San Diego, em particular. Ao que parece, nas

ciudades norte americanas os espaços públicos, fruto das alterações fundiárias que ali se processam, tendem a tornar-se territórios de exclusão para a maioria dos actores sociais. No caso do Príncipe Real as situações são epistemologicamente distintas, dado que actores dispuseram de formas de contestação que no exemplo dos EUA, regra geral, se não observam, já que os territórios onde a exclusão social se verifica estão bastante à margem dos mecanismos de intervenção cívica.

Este caso permanece muito actual, pois a crescente expansão do domínio privado acarreta, quase sempre a redução ou o prejuízo da esfera pública e portanto do seu papel “de elemento estruturador das rotinas urbanas, enquanto (que) o espaço público urbano representa (r), em muitos casos apenas um espaço residual entre edifícios e vias” (Silva Graça: 2004).

5. Remate

Os exemplos que se apresentaram assentam numa perspectiva optimista (de renovação/ inovação), ligada à implementação de modelos de participação cívica que estão naturalmente associados às novas capacidades de mobilidade, e da recuperação do espaço público, como factor simbólico do cenário citadino e como elemento determinante da vida social, de afirmação da cidade e de cidadania.

Se, numa primeira apreciação, admitíssemos que as redes desterritorializadas poderiam contribuir para o enfraquecimento dos espaços públicos urbanos e das inerentes práticas de sociabilidade, ressalta de uma análise menos imediata, que o respectivo capital social, que é fruto dos seus laços internos, transcende, pelo alcance destes projectos e pela abertura de pontes com o exterior, semelhante perspectiva redutora.

Notamos, isso sim, que a multiplicação de plataformas cívicas contribui para a dilatação do espaço público, fortalecendo uma dinâmica de desenvolvimento local com uma dimensão de grande intensidade simbólica e notória capacidade criativa, induzindo nos cidadãos um novo sentimento de ligação ao território físico, nomeadamente no que concerne a defesa do seu direito à respectiva governação.

Esta verificação confirma uma enunciação particularmente interessante de Bernard Eme, expressa na obra coordenada por Juan-Luis Klein *L'innovation Sociale, - Émergence et effets sur la transformation des sociétés* (2007), ao dizer que a governança territorial consiste na “affirmation et exercice d'une répartition de pouvoirs fondés sur une démocratie participative, délibérative, voire radicale (Habermas, 1997) dans les territoires locaux. Dans cette perspective, la gouvernance viserait la mise en oeuvre de nouvelles règles et valeurs de l'action politique dans les «sociétés locales» dont le mode de «gouvernementalité» serait fondé sur l'exercice du droit de participation des individus et des associations aux affaires locales”

6. Referências Bibliográficas

6.1.1 Livros

Borja, Jordi e Zaida Muxí (2003b). *El espacio público: ciudad y ciudadanía*. Barcelona: Diputació d Barcelona.

Castells, Manuel (2004) *Galáxia Internet. Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*; Fundação Calouste Gulbenkian

Ferreira, Vítor Matias (2004) *Fascínio da Cidade, Memória e Projecto da Urbanidade*; Edições Ler Devagar

Fortuna, Carlos (2001) *Destradicionalização e imagem da cidade” in Cidade, Cultura e Globalização”*; Editora Celta

Fortuna, Carlos (1999) *Os Novos Espaços Públicos: Identidades e práticas culturais in Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 54*

França, José Augusto (2001) *Monte Olivete, minha aldeia*. Livros Horizonte, Lisboa.

Klein, Juan-Luis et Denis Harrison (2007) *L’innovation Sociale, Émmergence et effets sur la transformation des societies*. Presses de l’Université du Québec; Québec

Lopes, João Teixeira (2000) *A Cidade e a Cultura – Um estudo sobre práticas culturais urbanas*; Edições Afrontamento

Lopes, João Teixeira (1999) *O Estranho Próximo de Nós; Comentários ao painel «Os novos Espaços Públicos» in Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 54*

Mela, Alfredo (1999) *A sociologia das cidade*; Editorial Estampa

Putnam, Robert (2002) *Democracies in Flux: The Evolution of Social Capital in Contemporary Society*, Oxford University Press,

Rodrigues, Catarina (2006) *Blogs e a fragmentação do espaço público*; Livros Labcom

Stephen, Car (1992) *Public Space*, Cambridge University Press, New York

6.1.2 Capítulos de livros

Devillard, Valérie et Jannièrre, Hélène (1997) *Espaces Publics, communauté et voisinage, 1945 -1955 in Les Situation et Propositions*, sous La direction de Virginie Picon-Lefebvre, Le Moniteur: 15-32

Guerra, Isabel (2003) “Tensões do Urbanismo Quotidiano”; in *Políticas Urbanas tendências, Estratégias e Oportunidades*, Org. Portas, N. et.all, Fundação Calouste Gulbenkian

Salgueiro, Teresa Barata (2005) “A cidade como espaço de vida e lugar de produção”; in *“Geografia de Portugal – Sociedade, Paisagens e Cidades” volume 2; Direcção Carlos Alberto Medeiros*; Edição Circulo de Leitores

6.1.3 Artigos

André, Isabel e Alexandre Abreu (2006) Dimensões e espaços da inovação social, in Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia; Centro de Estudos Geográficos ; XLI – nº 81 ; 121-141

André, Isabel, Eduardo Brito Henriques, & (2005) «Se vogliamo che tutto rimanga come è, bisogna che tutto cambi? Instituições, inovação e plasticidade dos lugares; X Colóquio Ibérico de Geografia; “A geografia Ibérica no Contexto Europeu; Évora, Setembro 2005 (CD – ROM)

Bassand, Michel (2001) Les espaces publics en mouvements”; *Villes en Parallele*; nº 32, 33 et 34; sous la direction de Guy Burgel et Michel Herrou; Université Paris X – Nanterre; Laboratoire de Géographie Urbaine; pp 36-44

Cefaï, Daniel (2005) Os novos movimentos de protesto em França : a articulação de novas arenas públicas; *Revista Crítica e ciências sociais*; nº 72; 129-160

Costa, Alexandre Alves (1999) “Os Novos Espaços Públicos” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*” nº 54, p.149-154

Emmanuelle Le Texier (2005) Minorités et espace public dans la ville. Le « Chicano Park » à San Diego (Californie) ”, in *Espaces et Sociétés, Dossier Ville, action « citoyenne » et débat public*, nº123, vol.3, décembre 2005, pp.10-28.

Ferrão, João (2004) “Visão Humanista da Cidade” in *Revista Vida Católica*, 3ª Série, Ano VI; nº 18;

Gobin, Cynthia Ghorra (2005) “De la Ville à L’urban sprawl. La question métropolitaine aux États-Unis”; *Reveu Cercles*; nº 13, pp 123-138

Gobin, Cynthia Ghorra (2001) “Les espaces publics, capital social”; in “Geocarrefour, Vol 76- pp5-11

Tejerina, Benjamín (2005), “Movimientos sociales, espacio público y ciudadanía”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 72, pp. 67-97

Tomas, Francois (2001) “L’espace public, un concept moribond ou en expansion?” *Géocarrefour, revue de géographie de Lyon* , vol 76 nº 1 . 75-94

6.1.4 Artigos na Internet

Ferrão, João (2005) *A Cidade como Agitação Social. Pedido de ajuda de um geógrafo aos colegas das ciências sociais*

Ghorra-Gobin, Cyntia (2000) *Les Espaces de la Mediation. Reinventer les «Espaces Publics» comme symbole de la mediation* ; <http://www.unesco.org/most/cyghorra.htm>

Graça, Miguel Silva (2004) *Espaços público e uso colectivo de espaços privados*; ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7595.pdf

Ruby, Christian (2003) *Quels lieux de rencontre démocratiques?*” (acedido em 05.06.2003) <http://espacestemp.net/document433.html>